

## **Anexo IV**

### **Metas Fiscais**

#### **IV.4 – Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos** (Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

---

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 44, veda a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

A Tabela 2, a seguir, conforme disposto no inciso III, §2º do art. 4º, da LRF, demonstra a receita de capital oriunda da alienação de ativos em 2021, que totalizou R\$ 8,217 bilhões, em sua maioria referente a bens móveis. Na aplicação desses recursos, observa-se que houve uma concentração das despesas com inversões financeiras, no valor aproximado de R\$ 279,4 milhões, que representaram 69,71% do total das despesas com recursos de alienação de ativos, que foi de R\$ 400,8 milhões.

Em relação ao exercício de 2020, houve crescimento das receitas de alienação de ativos e da aplicação desses recursos, quando foram arrecadados R\$ 1,916 bilhões com alienação de ativos e gastos R\$ 386,1 milhões com esses recursos. Isso significa que, em 2021, houve aumento nas receitas de alienação de ativos na ordem de 328,80%, ao passo que a aplicação desses recursos cresceu 3,79%, ambos em relação ao exercício anterior. Os valores oficiais publicados podem ser visualizados na tabela abaixo.

**Tabela 2 – Demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social 2019, 2020 e 2021**

R\$ milhares

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021			JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020			JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019		
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>									
Alienação de Ativos	1.852.197	8.217.368	-6.365.171	1.683.248	1.916.355	-233.107	1.549.586	3.973.952	-2.424.366
Alienação de Bens Móveis	1.421.245	7.858.775	-6.437.531	1.453.730	1.586.556	-132.826	1.428.708	3.833.920	-2.405.212
Alienação de Bens Imóveis	430.953	344.740	86.213	229.518	325.012	-95.494	120.878	140.015	-19.137
Alienação de Bens Intangíveis	0	13.853	-13.853	0	4.786	-4.786	0	17	-17
<b>TOTAL</b>	<b>1.852.197</b>	<b>8.217.368</b>	<b>-6.365.171</b>	<b>1.683.248</b>	<b>1.916.355</b>	<b>-233.107</b>	<b>1.549.586</b>	<b>3.973.952</b>	<b>-2.424.366</b>
<b>DESPESAS</b>									
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS (d)	SALDO A EXECUTAR (c-d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS (d)	SALDO A EXECUTAR (c-d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS (d)	SALDO A EXECUTAR (c-d)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>									
Despesas de Capital	1.459.099	400.753	1.058.346	1.471.549	386.102	1.085.446	1.496.056	485.330	1.010.727
Investimentos	49.019	26.644	22.375	52.495	47.870	4.626	85.744	38.707	47.037
Inversões Financeiras	1.396.023	279.378	1.116.644	1.400.887	338.233	1.062.654	1.402.995	433.164	969.831
Amortização/Refinanciamento da Dívida	14.057	94.731	-80.673	18.167	0	18.167	7.317	13.459	-6.142
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.459.099</b>	<b>400.753</b>	<b>1.058.346</b>	<b>1.471.549</b>	<b>386.102</b>	<b>1.085.446</b>	<b>1.496.056</b>	<b>485.330</b>	<b>1.010.727</b>
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR (e)</b>	<b>EXERCÍCIO (f) = (b-d)</b>	<b>SALDO ATUAL (e+f)</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR (e)</b>	<b>EXERCÍCIO (f) = (b-d)</b>	<b>SALDO ATUAL (e+f)</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR (e)</b>	<b>EXERCÍCIO (f) = (b-d)</b>	<b>SALDO ATUAL (e+f)</b>
	<b>18.425.472</b>	<b>7.816.615</b>	<b>26.242.088</b>	<b>16.895.220</b>	<b>1.530.253</b>	<b>18.425.472</b>	<b>13.383.498</b>	<b>3.488.622</b>	<b>16.895.220</b>

Fonte: STN/CCONT/GEINF

(1) Inclui despesas empenhadas mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº 4.320/64.